

CONSULTA PRÉVIA 12-COMPETE-2024

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS PARA O COMPETE 2030

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos tem por objeto a aquisição de serviços de encarregado de proteção de dados para a Autoridade de Gestão do COMPETE2030, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

Cláusula 2.ª

Preço base

1. O preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela aquisição dos serviços que constituem o objeto do presente procedimento é de 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 3.ª

Prazo

1. O contrato a celebrar entra em vigor no dia seguinte ao da sua assinatura e vigorará por 24 meses.
2. O contrato manter-se-á em vigor até total cumprimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

Cláusula 4.ª

Local da prestação de serviços

1. Os serviços a efetuar pela Entidade Adjudicatária serão prestados, preferencialmente, nas instalações da Autoridade de Gestão do COMPETE 2030, sitas no Edifício Expo 98 na Avenida Dom João II, Lote 1.07.2.1, 3.º piso, em Lisboa.
2. A Autoridade de Gestão do COMPETE 2030 reserva o direito de estipular o regime de organização do trabalho entre o Presencial, Teletrabalho ou Híbrido.

Cláusula 5.ª

Obrigações da Entidade Adjudicatária e Especificações Técnicas

1. A Entidade Adjudicatária obriga-se a uma prestação de serviços de encarregado de proteção de dados para a Autoridade de Gestão do COMPETE 2030, composto por:

- a) Avaliação inicial da organização no sentido de verificar se está em conformidade com o Regulamento geral sobre a Proteção de Dados (RGPD);
 - b) Serviço de Apoio Continuado de Encarregado de Proteção de Dados (EPD).
2. A Avaliação inicial da conformidade com o RGPD, consiste na análise organizativa, processual e tecnológica da Organização, com a finalidade de propiciar uma imagem “à data” do estado da arte no que concerne ao cumprimento do RGPD e entrega de Relatório de Avaliação.
3. O Serviço de Apoio Continuado de EPD, deve consistir num serviço continuado com uma duração de 24 meses, acrescido de Gestão de Projeto, e que deve garantir o acompanhamento à implementação do plano definido na fase anterior.
4. As funções a efetuar, consistem:
- a) Na designação de um responsável externo com a função de Encarregado de Proteção de Dados do COMPETE 2030, como especialista independente dentro da organização, do ponto de vista técnico, nos temas do RGPD;
 - b) Realização da validação técnica da adequação de documentação produzida pelo COMPETE 2030, e parecer sobre a mesma de acordo com os requisitos técnicos do RGPD;
 - c) Validação da adequação das alterações internas no que diz respeito à proteção de dados pessoais;
 - d) Validação da adequação dos pareceres do EDPB (European Data Protection Board) à realidade do COMPETE2030;
 - e) Desempenho de funções de ponto de contacto e interlocutor do COMPETE 2030, com os titulares dos dados, competindo-lhe receber, analisar e coordenar a resposta a solicitações dos mesmos, dentro de um prazo razoável;
 - f) Desempenho de funções de ponto de contacto e interlocutor do COMPETE 2030 com a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), competindo-lhe receber, analisar e coordenar a resposta às solicitações desta entidade, dentro de um prazo razoável;
 - g) Avaliação da necessidade e âmbito das Avaliações de Impacto sobre a Proteção de Dados (DPIA) e controlar a sua realização nos termos do regime previsto no artigo 35.º do RGPD;
 - h) Acompanhamento das Avaliações de Impacto sobre a Proteção de Dados (DPIA);
 - i) Apoio ao COMPETE 2030 na definição de medidas de auditoria e monitorização para prevenção de fuga de dados, apoiando na coordenação da resposta a potenciais incidentes relacionados com a fuga de dados;
 - j) Realização de reuniões mensais de acompanhamento e ponto de situação com o COMPETE 2030, sempre que se justificar.

5. Deve a Entidade Adjudicatária cumprir com as condições fixadas para a execução dos serviços, agindo com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência.
6. As tarefas a realizar decorrerão preferencialmente no período normal de trabalho, ou seja, de segunda-feira a sexta-feira, com o horário das 09h00 às 18h00.

Cláusula 6.ª

Obrigações da Entidade Adjudicante

Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:

1. Pagar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da receção da fatura, o preço do contrato em conformidade com a cláusula 7.ª do presente Caderno de Encargos.
2. Nomear um gestor de contrato e seu suplente, nos termos do nº 1 do artigo 290º-A do CCP, responsáveis pela gestão do contrato, a celebrar ao abrigo do presente procedimento e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação.
3. Monitorizar a prestação de serviços, no que respeita às condições da prestação e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento.

Cláusula 7.ª

Preço contratual e Condições de Pagamento

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar à Entidade Adjudicatária o preço previsto, constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que não pode ultrapassar o preço base previamente estabelecido.
2. O valor referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à da Autoridade de Gestão do COMPETE 2030, incluindo as despesas de transporte.
3. A faturação será efetuada da seguinte forma:
 - 3.1. A avaliação inicial de conformidade do RGPD será faturada após a sua conclusão e entrega do respetivo Relatório de Avaliação.
 - 3.2. Os serviços de apoio continuado de Encarregado de Proteção de Dados serão faturados trimestralmente.

4. Desde que devidamente emitidas, as faturas serão pagas no prazo de 30 dias, após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
5. As faturas deverão ser emitidas em nome da Autoridade de Gestão do COMPETE 2030, com referência ao número de identificação fiscal e ao número de compromisso constante no contrato, e devem ser remetidas para o Portal da Fatura Eletrónica da Administração Pública-FEAP, quando a Entidade Adjudicatária se encontre registada no mesmo, ou por meio electrónico para o endereço de e-mail: expediente@sgeconomia.gov.pt ou via CTT para a Av. da República, nº 79, 1069-218 Lisboa, Portugal, devendo ser privilegiado um dos dois primeiros meios indicados.
6. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto ao valor indicado na fatura, deve esta comunicar à Entidade Adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a Entidade Adjudicatária obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura será paga através de transferência bancária, após a verificação dos formalismos legais, em vigor, para o processamento das despesas públicas.
8. O atraso no pagamento das faturas confere ao fornecedor o direito de exigir juros de mora, nos termos legais.

Cláusula 8.ª

Revisão de preços

Não é permitida a revisão dos preços propostos, em circunstância alguma, durante a execução do contrato.

Cláusula 9ª

Fiscalização, Controlo e Avaliação do Serviço Prestado

A Entidade Adjudicante tem direito à fiscalização, controlo e avaliação dos serviços prestados, para poder aferir se os mesmos estão a ser prestados de acordo com o contrato a celebrar.

Cláusula 10ª

Subcontratação e Cessação da Posição Contratual

A subcontratação pela Entidade Adjudicatária e a cessão da sua posição contratual, depende da autorização prévia da Entidade Adjudicante, nos termos do artigo 318º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 11.ª

Outros Encargos

Todas as despesas derivadas da prestação das cauções e seguros se a eles houver lugar, são da responsabilidade da Entidade Adjudicatária.

Cláusula 12.ª

Caução

Não há lugar à prestação de caução, nos termos do nº 2 do artigo 88º do CCP.

Cláusula 13.ª

Dever de Sigilo

1. A Entidade Adjudicatária obriga-se a manter sigilo, sobre toda a informação de que venha a tomar conhecimento, por via direta ou indireta, no âmbito da prestação em causa e vincula-se a não utilizar essa informação para outros fins que não aqueles destinados direta e exclusivamente à execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Cláusula 14.ª

Dados Pessoais

1. A Entidade Adjudicatária obriga-se a efetuar um tratamento lícito, leal e transparente dos dados pessoais.
2. Os dados pessoais devem ser recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, bem como, ser adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário, devendo ser apagados, findo o tempo necessário para a finalidade para o qual foram recolhidos, apenas podendo ser comunicados/transmitidos à Direção Superior da Autoridade de Gestão do COMPETE 2030.

Cláusula 15.ª

Gestor do Contrato

1. A Entidade Adjudicante designa o responsável pela Unidade de Gestão de Recursos, o Dr. José Agostinho Neves, gestor do contrato, e como suplentes a Dra. Eugénia Ribeiro e a Dra. Carmen Vieira Lopes que têm a função de acompanhar permanentemente a prestação dos serviços objeto do presente contrato, todos a desempenhar funções no COMPETE2030.

2. O gestor do contrato e os seus suplentes deverão proceder nos termos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos, de modo a aferir os níveis de desempenho da Entidade Adjudicatária, a execução financeira, técnica e material do contrato.
3. Em caso de desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve o gestor e os seus suplentes comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
4. Antes do início das funções o gestor do contrato e os seus suplentes irão subscrever a declaração de inexistência de conflitos de interesse, conforme modelo previsto no n.º 7 do artigo 290-A do Código dos Contratos Públicos.
5. Sempre que seja necessário proceder à alteração do gestor do contrato ou dos suplentes, a entidade adjudicante pode proceder à respetiva alteração, através de ato administrativo, que comunicará à entidade adjudicatária.

Cláusula 16.ª

Notificações e Comunicações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes, indicados no contrato a celebrar.
2. Qualquer alteração dos elementos de contacto deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato a celebrar fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 18.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações previstas no presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante pode exigir à Entidade Adjudicatária o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento e cujo valor poderá ser até 20% do preço contratual.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da Entidade Adjudicatária e as consequências do incumprimento.

3. Os incumprimentos deverão ser denunciados por escrito no prazo máximo de 48 horas a contar do seu conhecimento, e dados a conhecer à Entidade Adjudicatária por fax, e-mail ou através de correio em carta registada com aviso de receção.

Cláusula 19.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª

Legislação Aplicável

Em tudo o que for omissa e que suscite dúvidas no presente contrato, reger-se-á pela lei geral aplicável aos contratos administrativos, bem como ao regime jurídico do Código dos Contratos Públicos na redação atual e demais legislação aplicável em razão da matéria.